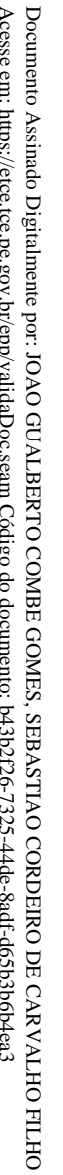
[illegible][illegible]



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GUALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO
 Acesso em: https://eic.ice.ne.gov.br/emp/validaDoc.seam Código do documento: b43b2f26-7325-444e-8adf-d655b3b6d4e3



 J. Edgar Hoover

DEMOMSTRATION	0.24	25.78	4.86	2.71554
17.7808	0.15	25.78	4.86	9.08.76
18.7808	0.24	24.79	25.00	333.00
19.7808	0.28	24.44	24.00	420.71
20.7808	0.41	25.93	24.50	248.43
21.7808	0.37	25.47	22.20	322.55
22.7808	0.37	24.43	22.00	485.77
23.7808	0.43	25.04	24.00	66.36
24.7808	0.30	24.77	23.00	5.0
25.7808	0.79	23.81	24.50	
26.7808	0.77	22.44	24.00	
27.7808	0.47	22.47	24.50	
28.7808	0.15	22.47	23.00	
29.7808	0.16	22.47	22.00	
30.7808	0.37	22.47	22.00	
31.7808	0.53	22.47	22.00	
32.7808	0.47	22.47	22.00	
33.7808	0.55	22.47	22.00	
34.7808	0.50	22.47	22.00	
35.7808	0.50	22.47	22.00	
36.7808	0.55	22.47	22.00	
37.7808	0.45	22.47	22.00	
38.7808	0.2	22.47	22.00	
39.7808	0.64	22.47	22.00	



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO
Acesse em: <https://ctce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: b43b2f26-7325-44de-8adf-d65b3b6b4ea3

Handwritten signature

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP									
DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR	DATA	VALOR
01/01/2017	250.45	01/01/2017	7.07	01/01/2017	16.10	01/01/2017	16.10	01/01/2017	16.10
01/01/2017	253.06	01/01/2017	6.98	01/01/2017	12.95	01/01/2017	12.95	01/01/2017	12.95
01/01/2017	1.22	01/01/2017	6.53	01/01/2017	0.09	01/01/2017	0.09	01/01/2017	0.09
01/01/2017	242.358.46	01/01/2017	6.09	01/01/2017	14.425.18	01/01/2017	14.425.18	01/01/2017	14.425.18
01/01/2017	234.448.86	01/01/2017	5.49	01/01/2017	13.602.81	01/01/2017	13.602.81	01/01/2017	13.602.81
01/01/2017	101.776.00	01/01/2017	4.87	01/01/2017	5.336.63	01/01/2017	5.336.63	01/01/2017	5.336.63
01/01/2017	51.621.19	01/01/2017	4.25	01/01/2017	1.422.75	01/01/2017	1.422.75	01/01/2017	1.422.75
01/01/2017	1.914.31	01/01/2017	1.47	01/01/2017	78.26	01/01/2017	78.26	01/01/2017	78.26
01/01/2017	22.848.31	01/01/2017	3.45	01/01/2017	1.192.51	01/01/2017	1.192.51	01/01/2017	1.192.51
01/01/2017	104.450.41	01/01/2017	3.45	01/01/2017	1.192.51	01/01/2017	1.192.51	01/01/2017	1.192.51
01/01/2017	104.450.41	01/01/2017	3.45	01/01/2017	1.192.51	01/01/2017	1.192.51	01/01/2017	1.192.51



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO
Acesse em: <https://etce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b43b2f26-7325-44de-8adf-d65b3b6b4ea3

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP	
4. ASSINATURAS	
ENTE Representante Legal	Assinatura Data: 10/05/2023
UNIDADE GESTORA Representante Legal	Assinatura Data: 10/05/2023
TESTEMUNHAS	
Nome: Cargo: CPF: 078.276.944-89	Nome: Cargo: CPF: 078.276.944-89



AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM					
Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários					
Acordo CADPREV nº	2085	Data	03/09/2013		
Valor consolidado	R\$ 1.044.879,98	Valor da prestação inicial	R\$ 4.353,67		
Número prestações	240	Vencimento 1ª prestação	10/10/2013		
DEVEDOR					
Ente Federativo	Prefeitura Municipal	CNPJ	10.260.222/0001-05		
Representante Legal	João Mendonça Bezerra Jatobá	CPF	430.668.284 - 68		
Conta para débito	FPM	Agência nº	721 - 8	Conta nº	5131 - 4
CREDOR					
Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim	CNPJ	05.782.177/0001 - 00		
Representante Legal	Silvia Renata Nascimento Bezerra	CPF	030.641.174 - 71		
Conta para crédito	Fundo Financeiro	Agência nº	1001 - 5	Conta nº	17.605 - 6

- O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:
 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
 - das contribuições previdenciárias não pagas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.
- Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:
 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.
- O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.
- Esta autorização constitui parte integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social por meio do CADPREV.

BELO JARDIM, 03 DE SETEMBRO DE 2013

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO

UNIDADE GESTORA

BANCO DO BRASIL

FERNANDA ALBUQUERQUE

10/09/2013



BELO JARDIM
PREFEITURA MUNICIPAL
NOVOS DIAS, NOVOS TEMPOS.

Avenida Siqueira Campos, nº 220. Centro,
Belo Jardim - PE. CEP: 55.150-005
Tel: (81) 3726-8711 | CNPJ: 10.260.222/0001-05



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: b43b2f26-7325-44de-8adf-d65b3b6b4ea3

LEI Nº 2039/2013 , 28 de Agosto de 2013

Ementa: Altera os dispositivos da Lei Municipal n.º 1.601, de 30 de abril de 2004.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO BELO JARDIM, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º - O artigo 21 da Lei Municipal n.º 1.601 de 30 de abril de 2004, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. Fica autorizado o parcelamento e/ou reparcelamento dos débitos do Município de Belo Jardim - PE com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo Belo Jardim Prev, relativos a competências até fevereiro de 2013, observado o disposto no artigo 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, na redação das Portarias MPS nº 21/2013 e nº 307/2013."

I - os débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município (patronal), em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais, iguais e consecutivas;

II - os débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas;

III - os débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas.

§ 1º Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento, com dispensa da multa.

§ 2º. As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de



consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.

§ 3º. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2,00% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

§ 4º. Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcelamento, não pagas no seu vencimento.


§ 5º. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

§ 6º - Ficam constituídos como reservas os valores não utilizados do percentual da taxa de administração do Regime Próprio de Previdência de Belo Jardim dos exercícios anteriores, conforme art. 41, III, da Orientação Normativa MPS/SPS Nº 02/09.

§ 7º. O parcelamento que trata esse artigo deverá ser pactuado no prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições da Lei nº 2.023/2013, de 30 de abril de 2013.

Gabinete do Prefeito do Município de Belo Jardim/PE, em 28 de Agosto de 2013.


João Mendonça Bezerra Jatobá
Prefeito



BELO JARDIM
PREFEITURA MUNICIPAL
NOVOS DIAS, NOVOS TEMPOS.

Avenida Siqueira Campos, nº 220. Centro,
Belo Jardim - PE. CEP: 55.150-005
Tel: (81) 3726-8711 | CNPJ: 10.260.222/0001-05

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os devidos fins de Publicação Oficial do Município, com base no art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco, que foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura do Belo Jardim, a Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013, altera os dispositivos da Lei Municipal nº 1.601, de 30 de Abril de 2004.

Belo Jardim, 28 de agosto de 2013.

Jeilson Barbosa Pereira
Servidor efetivo da Mat. 71.472

Procuradoria Municipal

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02086/2013)**



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GUALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO
Acesse em: <https://stc.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: b43e212f-7325-4460-b8af-66553b0b4eac

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Belo Jardim/PE
Endereço: Rua Siqueira Campos, nº 20
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3726-8711
E-mail: jgualberto@cespam.com.br
Representante legal: João Mendonça Bezerra Jatobá
CPF: 430.668.284-68
Cargo: Prefeito
E-mail: jgualberto@cespam.com.br

CNPJ: 10.260.222/0001-05
CEP: 55150-000
Fax: (081) 3726-8711

Complemento: Prefeito Municipal
Data início da gestão: 01/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim
Endereço: Rua Outéria Neves, nº 006
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3726-6370
E-mail: jgualberto@cespam.com.br
Representante legal: Sílvia Renata Nascimento Bezerra
CPF: 030.631.174-71
Cargo: Gestor
E-mail: jgualberto@cespam.com.br

CNPJ: 05.782.177/0001-00
CEP: 55150-010
Fax: (081) 3726-6370

Complemento: Diretora Presidente
Data início da gestão: 01/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 867.541,35 (oitocentos e sessenta e sete mil e quinhentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos), correspondente aos valores da Contribuição dos Segurados devidos e não repassados ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento ora Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar a qualquer tempo a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 867.541,35 (oitocentos e sessenta e sete mil e quinhentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 14.459,02 (quatorze mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais e dois centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 14.459,02 (quatorze mil e quatrocentos e cinquenta e nove reais e dois centavos), vencerá em 10/10/2013 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua atualização o índice dos juros legais de 50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2.038 de 28/08/2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua atualização o índice dos juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GUALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO
Acesse em: <https://brasil.pec.gov.br/brasil/Doc/seam/Codigo-do-documento:b43b2f26-7325-4408-badf-d65b3b6b4ea3>

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02086/2013)**

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA RETENÇÃO

O DEVEDOR autoriza que seja efetuada automaticamente a retenção no Fundo de Participação dos Municípios - FPM e o repasse ao CREDOR, Agência 721-8, Conta 5131-4, do Banco 001, do valor das parcelas estabelecidas na Cláusula Segunda, atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interposição judicial extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes;
- c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor de acordo com o caput da Cláusula Terceira até o mês da inscrição da dívida, sujeitando-se o DEVEDOR a sua cobrança judicial e ao pagamento de honorários advocatícios.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e incontroversa do débito, sem que isso implique em novação da transação, configurando ainda confissão extrajudicial nos termos dos artigos 342, 352 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Setima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Belo Jardim - PE / 04/09/2013

Prefeitura Municipal de Belo Jardim
João Mendonça Bezerra Jatoba

Instituto do Previdenciário dos Servidores Municipais de Belo Jardim
Silvia Renata Nascimento Bezerra

Testemunhas:

Francielma de Araújo Silva
Assistente Técnico
CPF: 058.479.294-80
RG: 7.086.843 SDS PE

Amara Cristina Ramos Alves da Silva
Gerente de Benefícios e Previdência
CPF: 085.370.534-56
RG: 7.742.181 SDS PE

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02086/2013)

DECLARAÇÃO

João Mendonça Bezerra Jatobá, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02086/2013, firmado entre o(a) Belo Jardim e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim em 04/09/2013, foi publicado em 04/09/2013 no

(X) mural
() jornal
() Diário Oficial do

- Edição nº
- Edição nº

de

Por ser expressão da verdade, firmo a presente

Belo Jardim, 04/09/2013

João Mendonça Bezerra Jatobá
Prefeito





Pág. 1 de 1

20/08/2013

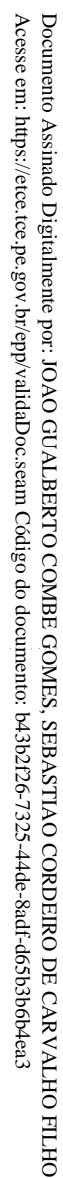
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO		Numero do acordo	Data de consolidação do Termo	Data de assinatura do Termo	Data de encerramento da
CNPJ: 07.093.728/0001-17			04/06/2013	04/06/2013	06/06/2013
Entre: BANCO DE FORTALECIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ - FUNDO DE GARANTIA DO DEB					
Fundo: FORTALECIMENTO DO DEBÍTOS DO ESTADO DO CEARÁ - FUNDO DE GARANTIA DO DEB					
Lei autorizadora de parcelamento: Lei 10.000 de 28 de agosto de 2013					
2. RESULTADO DA RUBRICA					
Rubrica	Valor	Quantidade de Parcelas			
Comprovação	0,00	0,00			
Diferença apontada	0,00	Diferença apontada atualizada	0,00		
Valor da parcela na data de consolidação	0,00				
Valor da parcela de atualização para consolidação do plano	0,00				
Índice	0,00				
3. CRÉDITOS DE ATUALIZAÇÃO DAS PARCELAS VENCIDAS					
Índice	0,00				
4. CRÉDITOS DE ATUALIZAÇÃO DAS PARCELAS EM PAGAMENTO					
Índice	0,00				



Sebastião
9 ago 2016

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP						
3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA	COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%)	JUROS
						1.859,47
	07/2012	3,36	0,24	35,25	36,57	
	08/2012		0,47	38,00	38,00	
	09/2012		0,74	39,36	40,41	
	10/2012		0,95	37,02	39,37	
	11/2012		1,08	37,43	39,50	
	12/2012		0,22	36,40	39,10	
	01/2013		0,14	36,40	41,34	
	02/2013		0,24	35,67	33,76	
	03/2013		0,46	35,03	33,11	
	04/2013		0,47	34,76	32,79	
	05/2013		0,71	34,30	32,33	
	06/2013		0,74	33,96	31,97	
	07/2013		0,74	33,12	31,12	
	08/2013		0,75	32,32	30,32	
	09/2013		0,76	30,32	28,32	
	10/2013		0,76	28,32	26,32	
	11/2013		0,76	26,32	24,32	
	12/2013		0,76	24,32	22,32	
	01/2014		0,76	22,32	20,32	
	02/2014		0,76	20,32	18,32	
	03/2014		0,76	18,32	16,32	
	04/2014		0,76	16,32	14,32	
	05/2014		0,76	14,32	12,32	
	06/2014		0,76	12,32	10,32	
	07/2014		0,76	10,32	8,32	
	08/2014		0,76	8,32	6,32	
	09/2014		0,76	6,32	4,32	
	10/2014		0,76	4,32	2,32	
	11/2014		0,76	2,32	0,32	
	12/2014		0,76	0,32	0,32	
	01/2015		0,76	0,32	0,32	
	02/2015		0,76	0,32	0,32	
	03/2015		0,76	0,32	0,32	
	04/2015		0,76	0,32	0,32	
	05/2015		0,76	0,32	0,32	
	06/2015		0,76	0,32	0,32	
	07/2015		0,76	0,32	0,32	
	08/2015		0,76	0,32	0,32	
	09/2015		0,76	0,32	0,32	
	10/2015		0,76	0,32	0,32	
	11/2015		0,76	0,32	0,32	
	12/2015		0,76	0,32	0,32	
	01/2016		0,76	0,32	0,32	
	02/2016		0,76	0,32	0,32	
	03/2016		0,76	0,32	0,32	
	04/2016		0,76	0,32	0,32	
	05/2016		0,76	0,32	0,32	
	06/2016		0,76	0,32	0,32	
	07/2016		0,76	0,32	0,32	
	08/2016		0,76	0,32	0,32	
	09/2016		0,76	0,32	0,32	
	10/2016		0,76	0,32	0,32	
	11/2016		0,76	0,32	0,32	
	12/2016		0,76	0,32	0,32	
	01/2017		0,76	0,32	0,32	
	02/2017		0,76	0,32	0,32	
	03/2017		0,76	0,32	0,32	
	04/2017		0,76	0,32	0,32	
	05/2017		0,76	0,32	0,32	
	06/2017		0,76	0,32	0,32	
	07/2017		0,76	0,32	0,32	
	08/2017		0,76	0,32	0,32	
	09/2017		0,76	0,32	0,32	
	10/2017		0,76	0,32	0,32	
	11/2017		0,76	0,32	0,32	
	12/2017		0,76	0,32	0,32	
	01/2018		0,76	0,32	0,32	
	02/2018		0,76	0,32	0,32	
	03/2018		0,76	0,32	0,32	
	04/2018		0,76	0,32	0,32	
	05/2018		0,76	0,32	0,32	
	06/2018		0,76	0,32	0,32	
	07/2018		0,76	0,32	0,32	
	08/2018		0,76	0,32	0,32	
	09/2018		0,76	0,32	0,32	
	10/2018		0,76	0,32	0,32	
	11/2018		0,76	0,32	0,32	
	12/2018		0,76	0,32	0,32	
	01/2019		0,76	0,32	0,32	
	02/2019		0,76	0,32	0,32	
	03/2019		0,76	0,32	0,32	
	04/2019		0,76	0,32	0,32	
	05/2019		0,76	0,32	0,32	
	06/2019		0,76	0,32	0,32	
	07/2019		0,76	0,32	0,32	
	08/2019		0,76	0,32	0,32	
	09/2019		0,76	0,32	0,32	
	10/2019		0,76	0,32	0,32	
	11/2019		0,76	0,32	0,32	
	12/2019		0,76	0,32	0,32	
	01/2020		0,76	0,32	0,32	
	02/2020		0,76	0,32	0,32	
	03/2020		0,76	0,32	0,32	
	04/2020		0,76	0,32	0,32	
	05/2020		0,76	0,32	0,32	
	06/2020		0,76	0,32	0,32	
	07/2020		0,76	0,32	0,32	
	08/2020		0,76	0,32	0,32	
	09/2020		0,76	0,32	0,32	
	10/2020		0,76	0,32	0,32	
	11/2020		0,76	0,32	0,32	
	12/2020		0,76	0,32	0,32	
	01/2021		0,76	0,32	0,32	
	02/2021		0,76	0,32	0,32	
	03/2021		0,76	0,32	0,32	
	04/2021		0,76	0,32	0,32	
	05/2021		0,76	0,32	0,32	
	06/2021		0,76	0,32	0,32	
	07/2021		0,76	0,32	0,32	
	08/2021		0,76	0,32	0,32	
	09/2021		0,76	0,32	0,32	
	10/2021		0,76	0,32	0,32	
	11/2021		0,76	0,32	0,32	
	12/2021		0,76	0,32	0,32	
	01/2022		0,76	0,32	0,32	
	02/2022		0,76	0,32	0,32	
	03/2022		0,76	0,32	0,32	
	04/2022		0,76	0,32	0,32	
	05/2022		0,76	0,32	0,32	
	06/2022		0,76	0,32	0,32	
	07/2022		0,76	0,32	0,32	
	08/2022		0,76	0,32	0,32	
	09/2022		0,76	0,32	0,32	
	10/2022		0,76	0,32	0,32	
	11/2022		0,76	0,32	0,32	
	12/2022		0,76	0,32	0,32	
	01/2023		0,76	0,32	0,32	
	02/2023		0,76	0,32	0,32	
	03/2023		0,76	0,32	0,32	
	04/2023		0,76	0,32	0,32	
	05/2023		0,76	0,32	0,32	
	06/2023		0,76	0,32	0,32	
	07/2023		0,76	0,32	0,32	
	08/2023		0,76	0,32	0,32	
	09/2023		0,76	0,32	0,32	
	10/2023		0,76	0,32	0,32	
	11/2023		0,76	0,32	0,32	
	12/2023		0,76	0,32	0,32	
	01/2024		0,76	0,32	0,32	
	02/2024		0,76	0,32	0,32	
	03/2024		0,76	0,32	0,32	
	04/2024		0,76	0,32	0,32	
	05/2024		0,76	0,32	0,32	
	06/2024		0,76	0,32	0,32	
	07/2024		0,76	0,32	0,32	
	08/2024		0,76	0,32	0,32	
	09/2024		0,76	0,32	0,32	
	10/2024		0,76	0,32	0,32	
	11/2024		0,76	0,32	0,32	
	12/2024		0,76	0,32	0,32	
	01/2025		0,76	0,32	0,32	
	02/2025		0,76	0,32	0,32	
	03/2025		0,76	0,32	0,32	
	04/2025		0,76	0,32	0,32	
	05/2025		0,76	0,32	0,32	
	06/2025		0,76	0,32	0,32	
	07/2025		0,76	0,32	0,32	
	08/2025		0,76	0,32	0,32	
	09/2025		0,76	0,32	0,32	
	10/2025		0,76	0,32	0,32	
	11/2025		0,76	0,32	0,32	
	12/2025		0,76	0,32	0,32	
	01/2026		0,76	0,32	0,32	
	02/2026		0,76	0,32	0,32	
	03/2026		0,76	0,32	0,32	
	04/2026		0,76	0,32	0,32	
	05/2026		0,76	0,32	0,32	
	06/2026		0,76	0,32	0,32	
	07/2026		0,76	0,32	0,32	
	08/2026		0,76	0,32	0,32	
	09/2026		0,76	0,32	0,32	
	10/2026		0,76	0,32	0,32	
	11/2026		0,76	0,32	0,32	
	12/2026		0,76	0,32	0,32	
	01/2027		0,76	0,32	0,32	
	02/2027		0,76	0,32	0,32	
	03/2027		0,76	0,32	0,32	
	04/2027		0,76	0,32	0,32	
	05/2027		0,76	0,32	0,32	
	06/2027		0,76	0,32	0,32	
	07/2027		0,76	0,32	0,32	
	08/2027		0,76	0,32	0,32	
	09/2027		0,76	0,32	0,32	
	10/2027		0,76	0,32	0,32	
	11/2027		0,76	0,32	0,32	
	12/2027		0,76	0,32	0,32	
	01/2028		0,76	0,32	0,32	
	02/2028		0,76	0,32	0,32	
	03/2028		0,76	0,32	0,32	
	04/2028		0,76	0,32	0,32	
	05/2028		0,76	0,32	0,32	
	06/2028		0,76	0,32	0,32	
	07/2028		0,76	0,32	0,32	
	08/2028		0,76	0,32	0,32	
	09/2028		0,76	0,32	0,32	
	10/2028		0,76	0,32	0,32	
	11/2028		0,76	0,32	0,32	
	12/2028		0,76	0,32	0,32	
	01/2029		0,76	0,32	0,32	
	02/2029		0,76	0,32	0,32	
	03/2029		0,76	0,32	0,32	
	04/2029		0,76	0,32	0,32	
	05/2029		0,76	0,32	0,32	
	06/2029		0,76	0,32	0,32	
	07/2029		0,76	0,32	0,32	
	08/2029		0,76	0,32	0,32	
	09/2029		0,76	0,32	0,32	
	10/2029		0,76	0,32	0,32	
	11/2029		0,76	0,32	0,32	
	12/2029		0,76	0,32	0,32	
	01/2030		0,76	0,32	0,32	
	02/2030		0,76	0,32	0,32	
	03/2030		0,76	0,32	0,32	
	04/2030		0,76	0,32	0,32	
	05/2030		0,76	0,32	0,32	
	06/2030		0,76	0,32		



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO
Acesse em: <https://eicce.tee.pe.gov.br/epp/validadoc.seam> Código do documento: 143152126-7325-44de-8a4df-d65b36b6de43

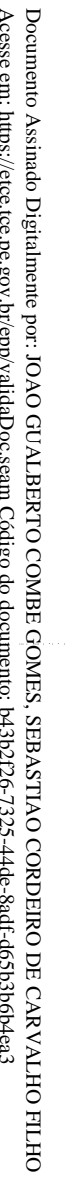
100

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP				
	0,55	27,48	77,56	
024.554		27,23	36,56	12.477,48
03.200	0,20	27,23	26,06	12.370,06
04.200	0,46	26,62	25,53	13.085,74
05.200	0,47	26,03	24,85	
06.200	0,49	25,58	24,38	
07.200	0,50	25,28	23,99	
08.200	0,51	24,89	23,60	
09.200	0,52	24,79	23,50	
10.200	0,53	24,44	23,15	
11.200	0,47	23,63	22,59	
12.200	0,53	23,27	22,23	
13.200	0,54	23,47	22,43	
14.200	0,76	22,96	21,93	
15.200	0,79	22,93	21,90	
16.200	0,55	22,86	21,83	
17.200	0,57	22,73	21,70	
18.200	0,57	22,48	21,45	
19.200	0,55	22,76	21,73	
20.200	0,57	22,77	21,74	
21.200	0,57	22,77	21,74	
22.200	0,57	22,77	21,74	
23.200	0,57	22,77	21,74	
24.200	0,57	22,77	21,74	
25.200	0,57	22,77	21,74	
26.200	0,57	22,77	21,74	
27.200	0,57	22,77	21,74	
28.200	0,57	22,77	21,74	
29.200	0,57	22,77	21,74	
30.200	0,57	22,77	21,74	
31.200	0,57	22,77	21,74	
32.200	0,57	22,77	21,74	
33.200	0,57	22,77	21,74	
34.200	0,57	22,77	21,74	
35.200	0,57	22,77	21,74	
36.200	0,57	22,77	21,74	
37.200	0,57	22,77	21,74	
38.200	0,57	22,77	21,74	
39.200	0,57	22,77	21,74	
40.200	0,57	22,77	21,74	
41.200	0,57	22,77	21,74	
42.200	0,57	22,77	21,74	
43.200	0,57	22,77	21,74	
44.200	0,57	22,77	21,74	
45.200	0,57	22,77	21,74	
46.200	0,57	22,77	21,74	
47.200	0,57	22,77	21,74	
48.200	0,57	22,77	21,74	
49.200	0,57	22,77	21,74	
50.200	0,57	22,77	21,74	
51.200	0,57	22,77	21,74	
52.200	0,57	22,77	21,74	
53.200	0,57	22,77	21,74	
54.200	0,57	22,77	21,74	
55.200	0,57	22,77	21,74	
56.200	0,57	22,77	21,74	
57.200	0,57	22,77	21,74	
58.200	0,57	22,77	21,74	
59.200	0,57	22,77	21,74	
60.200	0,57	22,77	21,74	
61.200	0,57	22,77	21,74	
62.200	0,57	22,77	21,74	
63.200	0,57	22,77	21,74	
64.200	0,57	22,77	21,74	
65.200	0,57	22,77	21,74	
66.200	0,57	22,77	21,74	
67.200	0,57	22,77	21,74	
68.200	0,57	22,77	21,74	
69.200	0,57	22,77	21,74	
70.200	0,57	22,77	21,74	
71.200	0,57	22,77	21,74	
72.200	0,57	22,77	21,74	
73.200	0,57	22,77	21,74	
74.200	0,57	22,77	21,74	
75.200	0,57	22,77	21,74	
76.200	0,57	22,77	21,74	
77.200	0,57	22,77	21,74	
78.200	0,57	22,77	21,74	
79.200	0,57	22,77	21,74	
80.200	0,57	22,77		



96-0000000

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP	
132000	16,39
012001	15,89
022001	15,89
032001	14,59
042001	13,59
052001	12,59
062001	11,59
072001	10,59
082001	9,59
092001	8,59
102001	7,59
112001	6,59
122001	5,59
132001	4,59
142001	3,59
152001	2,59
162001	1,59
172001	0,59
182001	0,59
192001	0,59
202001	0,59
212001	0,59
222001	0,59
232001	0,59
242001	0,59
252001	0,59
262001	0,59
272001	0,59
282001	0,59
292001	0,59
302001	0,59
312001	0,59
322001	0,59
332001	0,59
342001	0,59
352001	0,59
362001	0,59
372001	0,59
382001	0,59
392001	0,59
402001	0,59
412001	0,59
422001	0,59
432001	0,59
442001	0,59
452001	0,59
462001	0,59
472001	0,59
482001	0,59
492001	0,59
502001	0,59
512001	0,59
522001	0,59
532001	0,59
542001	0,59
552001	0,59
562001	0,59
572001	0,59
582001	0,59
592001	0,59
602001	0,59
612001	0,59
622001	0,59
632001	0,59
642001	0,59
652001	0,59
662001	0,59
672001	0,59
682001	0,59
692001	0,59
702001	0,59
712001	0,59
722001	0,59
732001	0,59
742001	0,59
752001	0,59
762001	0,59
772001	0,59
782001	0,59
792001	0,59
802001	0,59
812001	0,59
822001	0,59
832001	0,59
842001	0,59
852001	0,59
862001	0,59
872001	0,59
882001	0,59
892001	0,59
902001	0,59
912001	0,59
922001	0,59
932001	0,59
942001	0,59
952001	0,59
962001	0,59
972001	0,59
982001	0,59
992001	0,59
1002001	0,59



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO
 Acesso em: <https://etice.tce-rs.gov.br/emp/validaDoc.seam> Código do documento: b43b2f2-6-7325-44de-8adf-d65b3b6d4e3

[Handwritten signature]

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP				
	12/2017	01/2018	02/2018	03/2018
12/2017	99.627,56	4.375,32	52.977,43	587.541,36
01/2018				
02/2018				
03/2018				
TOTAL				



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP	
<p>4. ASSINATURAS</p> <p>ENTE: <u>Associação Municipal de Niterói - AMN</u> (CNPJ nº 07.209.224/0001-95)</p> <p>Representante Legal: <u>Dr. Roberto de Almeida</u></p> <p>UNIDADE GESTORA: <u>Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento</u></p> <p>Representante Legal: <u>Dr. Roberto de Almeida</u></p>	
<p>TESTEMUNHAS</p> <p>Nome: <u>Dr. Roberto de Almeida</u></p> <p>Cargo: <u>Secretário Municipal</u></p> <p>CPF: <u>000.000.000-00</u></p>	
<p>Assinatura: <u>[Assinatura]</u></p> <p>Data: <u>10/05/2018</u></p>	<p>Assinatura: <u>[Assinatura]</u></p> <p>Data: <u>10/05/2018</u></p>
<p>Nome: <u>Dr. Roberto de Almeida</u></p> <p>Cargo: <u>Secretário Municipal</u></p> <p>CPF: <u>000.000.000-00</u></p>	



AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM					
Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários					
Acordo CADPREV nº	2086	Data	04/09/2013		
Valor consolidado	R\$ 867.541,35	Valor da prestação inicial	R\$ 14.459,02		
Número prestações	60	Vencimento 1ª prestação	10/10/2013		
DEVEDOR					
Ente Federativo	Preeitura Municipal	CNPJ	10.260.222/0001-05		
Representante Legal	João Mendonça Bezerra Latoba	CPE	430.662.284 - 68		
Conta para débito	FPM	Agência nº	721 - 8	Conta nº	5131 - 4
CREDOR					
Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Municipais de Belo Jardim	CNPJ	05.782.177/0001 - 00		
Representante Legal	Silvia Renata Nascimento Bezerra	CPE	030.631.174 - 71		
Conta para crédito	Conta Movimento Fundo Previdenciário	Agência nº	7169 - 5	Conta nº	17.754 - 7

- O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:
 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.
- Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:
 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação de acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2 e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.
- O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.
- Esta autorização constitui parte integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

BELO JARDIM, 04 DE SETEMBRO DE 2013

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO

UNIDADE GESTORA

BANCO DO BRASIL

FERNANDO ASSUNÇÃO LOPES



BELO JARDIM
PREFEITURA MUNICIPAL
NOVOS DIAS, NOVOS TEMPOS.

Avenida Siqueira Campos, nº 220. Centro,
Belo Jardim - PE. CEP: 55.150-005
Tel: (81) 3726-8711 | CNPJ: 10.260.222/0001-05



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: b43b2f26-7325-44de-8adf-d65b3b6b4ea3

LEI Nº 2039/2013 , 28 de Agosto de 2013

Ementa: Altera os dispositivos da Lei Municipal n.º 1.601, de 30 de abril de 2004.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO BELO JARDIM, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º - O artigo 21 da Lei Municipal n.º 1.601 de 30 de abril de 2004, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. Fica autorizado o parcelamento e/ou reparcelamento dos débitos do Município de Belo Jardim - PE com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo Belo Jardim Prev, relativos a competências até fevereiro de 2013, observado o disposto no artigo 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, na redação das Portarias MPS nº 21/2013 e nº 307/2013:"

I - os débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município (patronal), em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais, iguais e consecutivas;

II - os débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas;

III - os débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas.

§ 1º Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento, com dispensa da multa.

§ 2º. As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de



consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.

§ 3º. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2,00% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

§ 4º. Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcelamento, não pagas no seu vencimento.

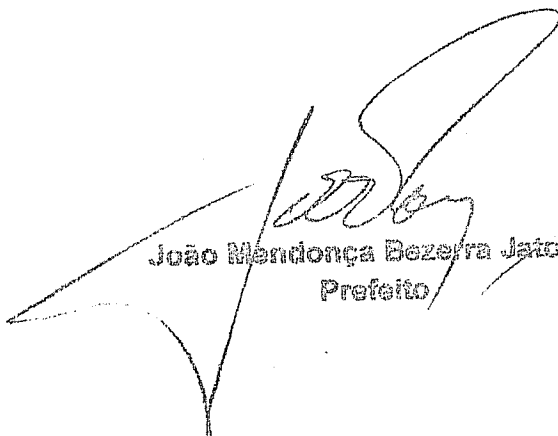
§ 5º. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

§ 6º - Ficam constituídos como reservas os valores não utilizados do percentual da taxa de administração do Regime Próprio de Previdência de Belo Jardim dos exercícios anteriores, conforme art. 41, III, da Orientação Normativa MPS/SPS Nº 02/09.

§ 7º. O parcelamento que trata esse artigo deverá ser pactuado no prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições da Lei nº 2.023/2013, de 30 de abril de 2013.

Gabinete do Prefeito do Município de Belo Jardim/PE, em 28 de Agosto de 2013.


João Mendonça Bezerra Jatobá
Prefeito



BELO JARDIM
PREFEITURA MUNICIPAL
NOVOS DIAS, NOVOS TEMPOS.

Avenida Siqueira Campos, nº 220. Centro,
Belo Jardim - PE. CEP: 55.150-005
Tel: (81) 3726-8711 | CNPJ: 10.260.222/0001-05

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os devidos fins de Publicação Oficial do Município, com base no art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco, que foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura do Belo Jardim, a Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013, altera os dispositivos da Lei Municipal nº 1.601, de 30 de Abril de 2004.

Belo Jardim, 28 de agosto de 2013.

Jeilson Barbosa Pereira
Servidor efetivo da Mat. 71.472

Procuradoria Municipal



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO
Acesse em: <https://stce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: b43b212c-7325-44de-8bdf-d65b3bb64ca3

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Belo Jardim/PE
Endereço: Rua Siqueira Campos, nº 20
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3726-8711
E-mail: silviabezerra@hotmail.com
Representante legal: João Mendonça Bezerra Jatobá
CPF: 430.668.284-68
Cargo: Prefeito
E-mail: silviabezerra@hotmail.com

CNPJ: 10.260.222/0001-05
CEP: 55150-000
Fax: (081) 3726-8711

Complemento: Prefeito Municipal
Data início da gestão: 01/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim
Endereço: Rua Quitéria Neves, nº 006
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3726-6370
E-mail: silviabezerra@hotmail.com
Representante legal: Silvia Renata Nascimento Bezerra
CPF: 030.631.174-71
Cargo: Gestor
E-mail: silviabezerra@hotmail.com

CNPJ: 05.782.177/0001-00
CEP: 55150-010
Fax: (081) 3726-6370

Complemento: Diretora Presidente
Data início da gestão: 01/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim é CREDOR (junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 335.863,90 (trezentos e trinta e cinco mil e oitocentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos) correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (240 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2006 a 05/2009, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento de Débitos.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante acima e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e à natureza da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito ao CREP de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 335.863,90 (trezentos e trinta e cinco mil e oitocentos e sessenta e três reais e noventa e nove centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.399,43 (um mil e trezentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 1.399,43 (um mil e trezentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos), vencerá em 10/06/2014 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro as parcelas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, obrigando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em dívida ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento da parcela até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação, conforme Lei nº 2.039 de 28/08/2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e orçamentário.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02085/2013)



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: b43b2f26-7325-44de-8ddf-d65b3b6b4ea3

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais, calculados a 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento, e multa de 0,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas, devidamente atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pelo repasse do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, a qual permanecerá em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão de dívida, não havendo o débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 318 e 319 do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo, bem como com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários, produzirá efeitos na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e lida e lida (2) testemunhas.

Belo Jardim - PE / 19/05/2014

Prefeitura Municipal de Belo Jardim
João Mendonça Bezerra de Menezes

Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Pernambuco
Silvia Renata Nascimento

Testemunhas:

Francielma Soares de Araújo Silva
Assistente Técnico
CPF: 058.479.294-80
RG: 7.086.843 SDS PE

Apresentado por: Carlos Alves da Silva
Gerente do Instituto de Previdência
CPF: 058.479.294-80
RG: 7.086.843 SDS PE

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02085/2013)



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO
Acesse em: <https://ctce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b43b2f26-7325-44de-8adf-d65b3b6b4ea3

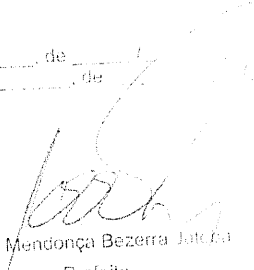
DECLARAÇÃO

João Mendonça Bezerra Jatobá, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02085/2013, firmado entre o/a Belo Jardim e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim em 19/05/2014, foi publicado em 19/05/2014 no

- (X) mural _____ - Edição nº _____ de _____
() jornal _____ - Edição nº _____ de _____
() Diário Oficial do _____ - Edição nº _____ de _____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Belo Jardim, 19/05/2014


João Mendonça Bezerra Jatobá
Prefeito



AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	02085/2013	Data	19/05/2014
Valor consolidado	335.863,90	Valor da prestação inicial	1.399,43
Número prestações	240	Vencimento 1ª prestação	10/06/2014

DEVEDOR

Ente Federativo	Belo Jardim/PE	CNPJ	10.260.222/0001-05
Representante Legal	João Mendonça Bezerra Jatobá	CPF	430.668.284-68
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	721-8
		Conta nº	5131-4

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim	CNPJ	05.782.177/0001-00
Representante Legal	Silvia Renata Nascimento Bezerra	CPF	030.631.174-71
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	2169-5
		Conta nº	17665-6

- O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, declara-se devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários, e declara-se responsável por identificar o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:
 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.
- Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta de débito a ser aberta pelo FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo de parcelamento, observando o seguinte procedimento:
 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento, o Banco do Brasil deverá, no prazo de 10 (dez) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, enviar ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta de débito do FPM, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, o Banco do Brasil deverá debitar na parcela subsequente de crédito do FPM.
 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 1.1, não será de responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.
- O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização pelo ente federativo ou o não cumprimento do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas no referido termo de acordo.
- Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após a participação e aprovação, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Belo Jardim/PE - 19/05/2014

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	FERNANDO Antônio T. Oliveira Gerente de Agência Matr. 3.214.300-5

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula)



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.260.222/0001-05
Ente: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE
Título: PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS - FUNDO FINANCEIRO - NAF Nº 111/2011
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013

Data de consolidação do Termo: 19/05/2014
Data de assinatura do Termo: 19/05/2014
Data de vencimento da 1ª: 10/06/2014

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal (240 meses) Quantidade de Parcelas: 240

Competência: Inicial: 01/2006 Final: 05/2030

Diferença apurada: 163.188,01 Diferença apurada atualizada: 335.863,90

Valor da parcela na data de consolidação: 1.399,43

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Multa:

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Taxa de juros: 0,50 an

Tipo de juros: Simples

Multa: 2,00 an



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA	COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%) VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
	01/2006	-178,98	0,39	53,88	49,50	-136,33		-411,74
	02/2006	-219,99	0,41	53,25	49,00	-165,19		-502,32
	03/2006	-219,99	0,43	52,50	48,50	-162,81		-498,51
	04/2006	475,40	0,21	52,28	48,00	347,55		1.071,64
	05/2006	-208,93	0,10	52,12	47,50	-150,96		-468,78
	06/2006	-170,95	-0,21	52,44	47,00	-128,21		-401,00
	07/2006	-175,02	0,19	52,16	46,50	-123,83		-390,14
	08/2006	-178,98	0,05	52,08	46,00	-125,21		-397,40
	09/2006	-183,80	0,21	51,76	45,50	-126,91		-405,84
	10/2006	-183,80	0,21	51,76	45,50	-126,91		-405,84
	11/2006	-183,80	0,21	51,76	45,50	-126,91		-405,84
	12/2006	-183,80	0,21	51,76	45,50	-126,91		-405,84
	01/2007	-183,80	0,21	51,76	45,50	-126,91		-405,84
	02/2007	-183,80	0,21	51,76	45,50	-126,91		-405,84
	03/2007	-183,80	0,21	51,76	45,50	-126,91		-405,84
	04/2007	-183,80	0,21	51,76	45,50	-126,91		-405,84
	05/2007	-183,80	0,21	51,76	45,50	-126,91		-405,84
	06/2007	-183,80	0,21	51,76	45,50	-126,91		-405,84
	07/2007	-183,80	0,21	51,76	45,50	-126,91		-405,84
	08/2007	-183,80	0,21	51,76	45,50	-126,91		-405,84



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

09/2007	-21.133,35	0,18	45,72	-9.682,17	39,50	-12.164,23	-42.959,75
10/2007	-21.309,04	0,30	45,28	-9.648,73	39,00	-12.073,53	-43.031,30
11/2007	-21.552,40	0,38	44,73	-9.640,39	38,50	-12.009,22	-43.202,01
12/2007	-21.107,99	0,74	43,67	-9.217,65	38,00	-11.523,82	-41.849,65
13/2007	-1.437,86	0,74	43,67	-627,92	38,00	-785,00	-2.850,80
01/2008	22.141,26	0,54	42,90	9.488,61	37,50	11.864,96	43.504,85
02/2008	-21.306,42	0,49	42,20	-8.992,16	37,00	-11.211,22	-41.511,81
03/2008	-22.442,65	0,48	41,52	-9.318,19	36,50	-11.592,71	-43.353,55
04/2008	-15.049,57	0,55	40,75	-6.116,52	36,00	-7.605,50	-28.731,89
05/2008	22.660,07	0,79	39,64	9.061,73	35,50	-11.932,24	-43.254,04
06/2008	-21.147,91	0,74	38,62	-9.282,95	35,00	-10.405,59	-40.135,85
07/2008	1.971,14	0,25	38,00	3.000,00	34,50	-1.428,86	-38.564,71
08/2008	1.971,14	0,25	37,40	3.000,00	34,00	-1.428,86	-38.564,71
09/2008	1.971,14	0,25	36,80	3.000,00	33,50	-1.428,86	-38.564,71
10/2008	1.971,14	0,25	36,20	3.000,00	33,00	-1.428,86	-38.564,71
11/2008	1.971,14	0,25	35,60	3.000,00	32,50	-1.428,86	-38.564,71
12/2008	1.971,14	0,25	35,00	3.000,00	32,00	-1.428,86	-38.564,71
01/2009	13.211,24	0,48	35,01	4.625,26	31,50	5.616,50	23.455,00
02/2009	19.831,22	0,55	34,28	6.798,14	31,00	8.255,10	34.884,46
03/2009	19.796,78	0,20	34,01	6.732,88	30,50	8.091,55	34.621,21
04/2009	12.701,57	0,48	33,37	4.238,51	30,00	5.082,02	22.022,10
05/2009	23.800,45	0,47	32,74	7.792,27	29,50	9.319,85	40.912,57
TOTAL:	153.188,01			75.138,80		97.537,09	335.863,90



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE:

Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE - 10.260.222/0001-05

Representante Legal:

430.688.284-03 - João Mendonça Bezerra Jatoba

UNIDADE GESTORA:

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim - 05.782.177/0001-00

Representante Legal:

030.631.174-71 - Silvia Renata Nascimento Bezerra

TESTEMUNHAS:

Nome: Francilma Soares da Assunção Silva

Cargo: Assistente Técnico

CPE: 000.000.000-00

Nome: Amara Cristina Ramos Alves da Silva

Cargo: Gerente de Benefícios e Previdência

CPE: 000.000.000-00

Data: 19/05/2014

Assinatura:

Data: 19/05/2014

Assinatura:

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFEISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02087/2013)



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GUALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO
Acesse em: <https://stc.ce.gov.br/epi/validaDoc.seam> Código do documento: b43b2926-7325-44de-88de-46553b6b4a3

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Belo Jardim/PE
Endereço: Rua Siqueira Campos, nº 30
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3726-8711
E-mail: jgualberto@cespam.com.br
Representante legal: João Mendonça Bezerra Jatoba
CPF: 430.668.284-68
Cargo: Prefeito
E-mail: jgualberto@cespam.com.br

CNPJ: 10.260.222/0001-05
CEP: 55150-000
Fax: (081) 3726-8711

Complemento: Prefeito Municipal
Data início da gestão: 01/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim
Endereço: Rua Outéria Neves, nº 006
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3726-6370
E-mail: jgualberto@cespam.com.br
Representante legal: Silvia Renata Nascimento Bezerra
CPF: 030.631.174-71
Cargo: Gestor
E-mail: jgualberto@cespam.com.br

CNPJ: 05.782.177/0001-00
CEP: 55150-010
Fax: (081) 3726-6370

Complemento: Diretora Presidente
Data início da gestão: 01-01-2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições anexas.

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 1.181.470,72 (um milhão e cento e oitenta e um mil e quatrocentos e setenta reais e setenta e dois centavos), correspondente aos valores Contribuição Patronal (240 meses) devidos e não repassados ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante acima e compromete-se a quitá-lo na forma a estabelecer-se.

O DEVEDOR repudia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e prazo acima da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvados direitos do CREDOR quanto a cobrança sempre e independente de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 1.181.470,72 (um milhão e cento e oitenta e um mil e quatrocentos e setenta reais e setenta e dois centavos) será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 4.922,79 (quatro mil e novecentos e vinte e dois reais e setenta e nove centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 4.922,79 (quatro mil e novecentos e vinte e dois reais e setenta e nove centavos) será paga em 10/01/2013 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas mensais atualizadas conforme a critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

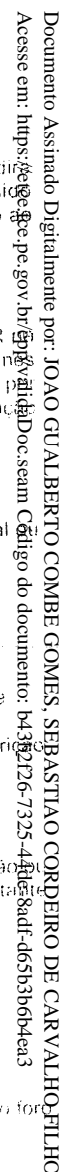
A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem o Regime Próprio de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento da parcela até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2.039 de 28/08/2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vencidas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

O DEVEDOR autoriza que seja efetuada automaticamente a retenção no Fundo de Participação dos Municípios - FPM e o repasse ao CREDOR, Agência 721-8, Conta 5131-4 do Banco 001, do valor das parcelas estabelecidas na Cláusula Segunda, atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável pela sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- b) a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor de acordo com o caput da Cláusula Terceira até o mês da inscrição da dívida, sujeitando-se o DEVEDOR à sua cobrança judicial e ao pagamento de honorários advocatícios.

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irratável do débito, sem que isso implique em novação da transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354 do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entra em vigor na data de sua publicação.

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem a foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e de 2 (duas) testemunhas.

Prefeitura Municipal de Belo Jardim
João Mendonça Bezerra Jatoba

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim
Silvia Renata Nascimento Bezerra

Francielma Soares de Araujo Silva
Assistente Técnico
CPF: 058.479.294-80
RG: 7.086.843 SDS PE

Amara Cristina Ramos Alves da Silva
Gerente de Benefícios e Previdência
CPF: 045.370.911-5
RG: 1.441.121-5/SP

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02087/2013)



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO
Acesse em: <https://ctce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: b43b2f26-7325-44de-8adf-d65b3b6b4ea3

DECLARAÇÃO

João Mendonça Bezerra Jatobá, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02087/2013, firmado entre o/a Belo Jardim e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim em 05/09/2013, foi publicado em 19/09/2013 no

☒ mural

☐ jornal

☐ Diário Oficial do

- Edição nº

de

- Edição nº

de

Por ser expressão da verdade, firma a presente:

Belo Jardim, 19/09/2013

João Mendonça Bezerra Jatobá
Prefeito



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.260.332/0001-05 Número do acordo: 020472015
Ente: Prefeitura Municipal de São João del-Rei
Data de consolidação do Termo: 05/08/2015
Título: PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIÁRIOS - FUNDO PREVIDENCIÁRIO
Data de assinatura do Termo: 24/05/2015
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 1.298 de 20 de maio de 2013
Data de vencimento da 1ª: 05/08/2015

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Despesa de Pessoal - 240 milhões
Competência: Inicial: 07/2007 Final: 12/2012 Quantidade de Parcelas: 240
Diferença apurada: 1.039.293,56 Diferença apurada atualizada: 1.181.470,72
Valor da parcela na data de consolidação: 4.922,79

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 an Tipo de juros: Simples Multa:

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 an Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 an Tipo de juros: Simples Multa:



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO
Acesse em: <https://ctce.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: b43b2f26-7325-44de-8adf-d65b3b6b4ea3

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETERENCIA	DIFERENÇA APURADA	INDICE	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO JUROS PERCENTUAL	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
07/2007	3.108,24	0,24	30,25	1.251,25	38,00		3.146,24
08/2007		0,47	38,60		30,00		
09/2007		0,16	38,35		35,50		
10/2007		0,30	37,93		35,00		
11/2007		0,45	37,41		35,50		
12/2007		0,74	36,48		34,00		
01/2008		0,12	36,40		34,00		
02/2008		0,12	36,03		34,00		
03/2008		0,45	34,00		32,00		
04/2008		0,40	33,63		31,00		
05/2008		0,25	32,50		30,00		
06/2008		0,24	33,30		30,00		
07/2008		0,57	30,00		30,00		
08/2008		0,25	30,55		30,00		
09/2008		0,06	30,21		29,00		
10/2008		0,45	29,52		28,00		
11/2008		0,36	29,11		27,00		
12/2008		0,11	28,71		26,00		
01/2009		0,11	28,34		25,00		
02/2009		0,49	28,38		24,00		
03/2009	11.890,40	0,15	28,34	1.100,00	24,00		11.914,40
04/2009		0,49	28,38		24,00		

19/09/13 09:07

Página 2 de 2

Spizant
Final
VR



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO GOMES SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO
Acesse em: https://ctce.ice.pe.gov.br/epv/validar_documento?codigo_documento=b43b2f26-7325-44de-8adf-d65b3b6b4ea3



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

02/2003	0,00	27,48	27,48			
03/2003	0,20	27,28	26,17			
04/2003	0,48	26,82	24,05			
05/2003	0,47	26,03	23,59			
06/2003	12.392,35	0,96	25,86	3.181,02	3.890,85	34.342,89
07/2003		0,74	24,28			
08/2003		0,15	25,09			
09/2003		0,11	24,79			
10/2003		0,20	24,14			
11/2003		0,41	23,93			
12/2003		0,62	23,47			
01/2004		0,41	22,47			
02/2004		0,63	22,62			
03/2004		0,60	21,75			
04/2004		0,79	21,81			
05/2004		0,72	22,04			
06/2004		0,43	22,31			
07/2004		0,15	22,23			
08/2004		0,11	22,01			
09/2004		0,11	21,01			
10/2004	14.175,00	0,49	21,06	4.088,14	4.510,14	41.858,03
11/2004		0,19	20,94			
12/2004	32.962,28	0,50	20,81	3.888,82	4.006,06	41.864,89
12/2011	34.766,88	0,50	9,47	3.291,40	36,00	41.865,71

19/09/13 09:07

19/09/13
Francisco
[Signature]



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

13/2011	38.329,65	0,50	9,47	1.029,82	15,00	4.195,95	48.155,48
01/2012	46.361,14	0,50	8,55	1.187,79	15,00	4.294,55	56.263,27
02/2012	35.519,83	0,45	8,32	2.167,51	15,00	3.664,38	41.457,20
03/2012	36.697,96	0,21	4,34	2.892,21	15,00	3.373,24	42.768,41
04/2012	27.265,47	0,68	7,45	2.772,81	15,00	3.571,27	37.681,47
05/2012	37.264,69	0,26	7,12	2.853,17	15,00	3.611,34	43.542,35
06/2012	38.347,58	0,08	6,38	2.676,35	15,00	2.973,27	43.996,40
07/2012	1.40	0,03	6,55	1.081	15,00	1,50	1,50
08/2012	128.259,37	0,41	6,05	7.689,20	15,00	6.026,93	14.945,46
09/2012	18.152,67	0,47	5,49	8.434,60	15,00	4.853,16	23.494,43
10/2012	107.969,96	0,59	4,87	5.259,50	15,00	4.862,91	116.031,57
11/2012	127.538,16	0,60	4,25	5.494,37	15,00	5.453,12	138.445,60
12/2012	166.186,40	0,25	4,43	2.166,14	15,00	1.176,31	170.528,38
13/2012	39.887,79	0,79	3,45	3.426,15	15,00	4.132,56	50.446,34
TOTAL	639.293,56			66.880,95		56.571,27	762.745,78



Documento Assinado Digitalmente por: JOAO GU ALBERTO COMBE GOMES, SEBASTIAO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO
Acesse em: <https://ctce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: b43b2f26-7325-44de-8adf-d65b3bb64ca3



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Belo Jardim - PE - 10.260.222/0001-05
Representante Legal: 430.556.284-68 - João Mendonça Bezerra Jatoia

Data: 19/09/2013

Assinatura:

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim - DO 789.127/0001-10
Representante Legal: 020.631.174-71 - Silva Renata Nascimento Bezerra

Data: 19/09/2013

Assinatura:

TESTEMUNHAS:

Nome: Francineia Soares de Almeida Silva

Cargo: Assistente Técnico

CPF: 056.474.243-90

Nome: Sebastião Cordeiro de Carvalho Filho

Cargo: Secretário de Administração Municipal

CPF: 000.000.000-00



AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM					
Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários					
Acordo CADPREV nº	2087	Data	05/09/2013		
Valor consolidado	R\$ 1.181.470,72	Valor da prestação inicial	R\$ 4.922,79		
Número prestações	240	Vencimento 1ª prestação	10/10/2013		
DEVEDOR					
Ente Federativo	Prefeitura Municipal		CNPJ	10.260.222/0001-05	
Representante Legal	João Mendonça Bezerra Jatobá		CPF	430.668.284 - 68	
Conta para débito	FPM	Agência nº	721 - 8	Conta nº	5131 - 4
CREDOR					
Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim		CNPJ	05.782.177/0001-00	
Representante Legal	Sílvia Renata Nascimento Bezerra		CPF	030.631.114 - 71	
Conta para crédito	Conta Movimento	Agência nº	7169 - 5	Conta nº	12.754 - 7
	Fundo Previdenciário				

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento;
- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

- 2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação de valor devido, por exemplo, item 1.1 ou 1.2, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente;
- 2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitara o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora;
- 2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM;
- 2.4 - O valor devido indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, de início, é por solicitação da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui parte integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

BELO JARDIM, 05 DE SETEMBRO DE 2013

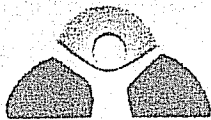
ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO

UNIDADE GESTORA

BANCO DO BRASIL

FERNANDO CARVALHO FILHO



BELO JARDIM
PREFEITURA MUNICIPAL
NOVOS DIAS, NOVOS TEMPOS.

Avenida Siqueira Campos, nº 220. Centro,
Belo Jardim - PE. CEP: 55.150-005
Tel: (81) 3726-8711 | CNPJ: 10.260.222/0001-05

LEI Nº 2039/2013 , 28 de Agosto de 2013

Ementa: Altera os dispositivos da Lei Municipal n.º 1.601, de 30 de abril de 2004.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO BELO JARDIM, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições, conferidas pela Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1.º - O artigo 21 da Lei Municipal n.º 1.601 de 30 de abril de 2004, passará a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 21. Fica autorizado o parcelamento e/ou reparcelamento dos débitos do Município de Belo Jardim - PE com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo Belo Jardim Prev, relativos a competências até fevereiro de 2013, observado o disposto no artigo 5º-A da Portaria MPS nº 402/2008, na redação das Portarias MPS nº 21/2013 e nº 307/2013."

I - os débitos oriundos de contribuições previdenciárias devidas e não repassadas pelo Município (patronal), em até 240 (duzentas e quarenta) prestações mensais, iguais e consecutivas;

II - os débitos oriundos de contribuições previdenciárias descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas;

III - os débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias, em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e consecutivas.

§ 1º Para apuração do montante devido os valores originais serão atualizados pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento, com dispensa da multa.

§ 2º. As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de



BELO JARDIM
PREFEITURA MUNICIPAL
NOVOS DIAS, NOVOS TEMPOS.

Avenida Siqueira Campos, nº 220. Centro,
Belo Jardim - PE. CEP: 55.150-005
Tel: (81) 3726-8711 | CNPJ: 10.260.222/0001-05

consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.

§ 3º. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,5% (meio por cento) ao mês e multa de 2,00% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

§ 4º. Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcelamento, não pagas no seu vencimento.


§ 5º. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

§ 6º - Ficam constituídos como reservas os valores não utilizados do percentual da taxa de administração do Regime Próprio de Previdência de Belo Jardim dos exercícios anteriores, conforme art. 41, III, da Orientação Normativa MPS/SPS Nº 02/09.

§ 7º. O parcelamento que trata esse artigo deverá ser pactuado no prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias.

Art. 2.º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições da Lei nº 2.023/2013, de 30 de abril de 2013.

Gabinete do Prefeito do Município de Belo Jardim/PE, em 28 de Agosto de 2013.


João Mendonça Bezerra Jatobá
Prefeito



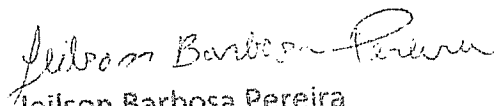
BELO JARDIM
PREFEITURA MUNICIPAL
NOVOS DIAS, NOVOS TEMPOS.

Avenida Siqueira Campos, nº 220. Centro,
Belo Jardim - PE. CEP: 55.150-005
Tel: (81) 3726-8711 | CNPJ: 10.260.222/0001-05

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os devidos fins de Publicação Oficial do Município, com base no art. 97, inciso I, alínea "b" da Constituição do Estado de Pernambuco, que foi publicado no quadro de avisos da Prefeitura do Belo Jardim, a Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013, altera os dispositivos da Lei Municipal nº 1.601, de 30 de Abril de 2004.

Belo Jardim, 28 de agosto de 2013.


Jeilson Barbosa Pereira
Servidor efetivo da Mat. 71.472

Procuradoria Municipal



ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

1. ENTE

Nome:	Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE	CNPJ:	10.260.222/0001-05
Endereço:	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO JARDIM	Complemento:	
Bairro:	CENTRO	CEP:	55155-550
Telefone:	(081) 3726-8711	Fax:	
		E-mail:	nivalda500@hotmail.com

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome:	João Mendonça Bezerra Jatobá	CPF:	430.668.284-68
Cargo:	Prefeito	Complemento do Cargo:	Prefeito Municipal
E-mail:	gabineteprefeiturabj@gmail.com	Data Início de Gestão:	01/01/2017

3. UNIDADE GESTORA

Nome:	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BELO	CNPJ:	05.782.177/0001-00
Endereço:	RUA QUITÉRIA NEVES	Complemento:	06
Bairro:	SÃO PEDRO	CEP:	55155-550
Telefone:	(081) 3726-6370	Fax:	
		E-mail:	nivalda500@hotmail.com

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome:	Silvia Renata Nascimento Bezerra	CPF:	030.631.174-71	Data Início de Gestão:	02/01/2013
Cargo:	Gestor	Complemento do Cargo:			
Telefone:	(081) 3726-6370	Fax:	(081) 3726-6370	E-mail:	jgualberto@cespam.com.br

5. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome:	Francielma Soares de Araújo Silva	CPF:	058.479.294-80
Telefone:	(081) 3726-6370	Fax:	
Data de envio:	13/10/2014	E-mail:	franciemas@bol.com.br





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

6. DADOS DO ACORDO

Reparcelamento: Não **Número do acordo:** 00095/2011

Título: Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários **Valor consolidado:** 413.501,52 **Data de consolidação do termo:** 11/02/2011

Rubrica: Contribuição Previdenciária - Parte Patronal **Valor da parcela inicial:** 6.891,69 **Data de assinatura do Termo:** 11/02/2011

Lei autorizativa do parcelamento: Portaria do MPS Nº 402/2008 **Data de vencimento da 1ª parcela:** 31/03/2011

Competência: Inicial: 07/2010 Final: 12/2010 **Quantidade de Parcelas:** 60 **Critério de atualização:** Lei específica: Portaria nº 402 de 10/12/2008

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: SELIC **Taxa de juros:** 1,00 am **Tipo de juros:** Simples **Multa:**

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: SELIC **Taxa de juros:** 1,00 am **Tipo de juros:** Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: SELIC **Taxa de juros:** 1,00 am **Tipo de juros:** Simples **Multa:**

7. DADOS DAS TESTEMUNHAS

TESTEMUNHA - 1:

CPF: 058.479.294-80

RG: 7.086.843 - SDS

Nome: Francielma Soares de Araújo Silva

Telefone: (081) 3726-6370

Cargo: Gerente Administrativa Financeira

E-mail: francielmas@bol.com.br

TESTEMUNHA - 2:

CPF: 034.945.704-26

RG: 6.044.682 - SDS

Nome: Marta Maria de Araújo Maciel

Telefone: (081) 3726-6370

Cargo: Assistente Técnico (a)

E-mail: martaaraujomaciel@bol.com.br





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

8. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS E VALORES PAGOS

Nº PARCELA	VENCIMENTO	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	VALOR PARCELA	PAGAMENTO	VALOR PAGO
029	31/07/2013		21,97	1.514,10	29,00	2.437,68	10.843,47	31/07/2013	11.141,38
030	31/08/2013		22,69	1.563,72	30,00	2.536,62	10.992,03	30/08/2013	11.254,65
031	30/09/2013		23,40	1.612,66	31,00	2.636,35	11.140,70	30/09/2013	11.421,15
032	31/10/2013		24,11	1.661,59	32,00	2.737,05	11.290,33	30/10/2013	11.592,64
033	30/11/2013		24,92	1.717,41	33,00	2.841,00	11.450,10	29/11/2013	11.774,48
034	31/12/2013		25,64	1.767,03	34,00	2.943,96	11.602,68	30/12/2013	11.950,61
035	31/01/2014		26,43	1.821,47	35,00	3.049,61	11.762,77	31/01/2014	12.137,16
036	28/02/2014		27,28	1.880,05	36,00	3.157,83	11.929,57	28/02/2014	12.344,32
037	31/03/2014		28,07	1.934,50	37,00	3.265,69	12.091,88	31/03/2014	12.535,62
038	30/04/2014		28,84	1.987,56	38,00	3.374,12	12.253,37	30/04/2014	12.723,09
039	31/05/2014		29,66	2.044,08	39,00	3.484,95	12.420,72	30/05/2014	12.923,03
040	30/06/2014		30,53	2.104,03	40,00	3.598,29	12.594,01	30/06/2014	13.127,92
041	31/07/2014		31,35	2.160,54	41,00	3.711,41	12.763,64	30/07/2014	13.333,05
042	31/08/2014		32,30	2.226,02	42,00	3.829,44	12.947,15	29/08/2014	13.557,35
043	30/09/2014		33,17	2.285,97	43,00	3.946,39	13.124,05	30/09/2014	13.770,23
044	31/10/2014		34,08	2.348,69	44,00	4.065,77	13.306,15	30/10/2014	13.994,71
045	30/11/2014		35,03	2.414,16	45,00	4.187,63	13.493,48	28/11/2014	14.224,98
046	31/12/2014		35,87	2.472,05	46,00	4.307,32	13.671,06	30/12/2014	14.446,18
047	31/01/2015		36,83	2.538,21	47,00	4.432,05	13.861,95	30/01/2015	14.681,77
048	28/02/2015		37,77	2.602,99	48,00	4.557,45	14.052,13	27/02/2015	14.889,01
049	31/03/2015		38,59	2.659,50	49,00	4.680,08	14.231,27	31/03/2015	15.128,03





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

<u>Nº PARCELA</u>	<u>VENCIMENTO</u>	<u>ÍNDICE(%)</u>	<u>VARIAÇÃO(%)</u>	<u>ATUALIZAÇÃO</u>	<u>JUROS PERC.(%)</u>	<u>JUROS</u>	<u>VALOR PARCELA</u>	<u>PAGAMENTO</u>	<u>VALOR PAGO</u>
050	30/04/2015		39,63	2.731,18	50,00	4.811,44	14.434,31	30/04/2015	15.403,79
051	31/05/2015		40,58	2.796,65	51,00	4.941,05	14.629,39	29/05/2015	15.650,07
052	30/06/2015		41,57	2.864,88	52,00	5.073,42	14.829,99	30/06/2015	15.914,98
053	31/07/2015		42,64	2.938,62	53,00	5.210,06	15.040,37	30/07/2015	16.193,14
054	31/08/2015		43,82	3.019,94	54,00	5.352,28	15.263,91	31/08/2015	16.493,61
055	30/09/2015	1,11	44,93	3.096,44	55,00	5.493,47	15.481,60	09/10/2015	16.834,20
056	31/10/2015	1,11	46,04	3.172,93	56,00	5.636,19	15.700,81	03/11/2015	17.265,37
057	30/11/2015		47,15	3.249,43	57,00	5.780,44	15.921,56	30/11/2015	17.381,21
058	31/12/2015	1,16	48,21	3.322,48	58,00	5.924,22	16.138,39	03/01/2016	17.878,08
059	31/01/2016		49,37	3.402,43	59,00	6.073,53	16.367,65	29/01/2016	24.892,34
060	29/02/2016		50,43	3.475,48	60,00	6.220,30	16.587,47	29/02/2016	25.168,05
TOTAIS:				77.386,79		134.297,09	432.217,96		472.026,20

9. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS E VALORES PAGOS EM ATRASO (Juros e multa em caso de mora)

<u>Nº PARCELA</u>	<u>VENCIMENTO</u>	<u>VALOR PARCELA</u>	<u>PAGAMENTO</u>	<u>VARIAÇÃO(%)</u>	<u>ATUALIZAÇÃO</u>	<u>JUROS PERC.(%)</u>	<u>JUROS</u>	<u>MULTA</u>	<u>VALOR DEVIDO</u>	<u>VALOR PAGO</u>
055	30/09/2015	15.481,60	09/10/2015	2,11	326,66	2,00	316,17		16.124,43	16.834,20
056	31/10/2015	15.700,81	03/11/2015	2,11	331,29	2,00	320,64		16.352,74	17.265,37
058	31/12/2015	16.138,39	03/01/2016	2,16	348,59	2,00	329,74		16.816,72	17.878,08
TOTAIS:		47.320,80			1.006,54		966,55		49.293,89	51.977,65

10. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS EM ABERTO ATÉ O PRÓXIMO VENCIMENTO

11. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS VENCIDAS E NÃO PAGAS (Juros e Multa em caso de Mora) ATUALIZADAS ATÉ 28/03/2018





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

1. ENTE

Nome:	Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE	CNPJ:	10.260.222/0001-05
Endereço:	PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO JARDIM	Complemento:	
Bairro:	CENTRO	CEP:	55155-550
Telefone:	(081) 3726-8711	Fax:	
		E-mail:	nivalda500@hotmail.com

2. REPRESENTANTE LEGAL DO ENTE

Nome:	João Mendonça Bezerra Jatobá	CPF:	430.668.284-68
Cargo:	Prefeito	Complemento do Cargo:	Prefeito Municipal
E-mail:	gabineteprefeiturabj@gmail.com	Data Início de Gestão:	01/01/2017

3. UNIDADE GESTORA

Nome:	INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BELO	CNPJ:	05.782.177/0001-00
Endereço:	RUA QUITÉRIA NEVES	Complemento:	06
Bairro:	SÃO PEDRO	CEP:	55155-550
Telefone:	(081) 3726-6370	Fax:	
		E-mail:	nivalda500@hotmail.com

4. REPRESENTANTE LEGAL DA UNIDADE GESTORA

Nome:	Silvia Renata Nascimento Bezerra	CPF:	030.631.174-71	Data Início de Gestão:	02/01/2013
Cargo:	Gestor	Complemento do Cargo:			
Telefone:	(081) 3726-6370	Fax:	(081) 3726-6370	E-mail:	jgualberto@cespam.com.br

5. RESPONSÁVEL PELO ENVIO

Nome:	Francielma Soares de Araújo Silva	CPF:	058.479.294-80
Telefone:	(081) 3726-6370	Fax:	
Data de envio:	13/10/2014	E-mail:	franciernas@bol.com.br





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

6. DADOS DO ACORDO

Reparcelamento: Não **Número do acordo:** 00096/2011

Título: Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários **Valor consolidado:** 491.874,14 **Data de consolidação do termo:** 14/02/2011

Rubrica: Contribuição Previdenciária - Parte Patronal **Valor da parcela inicial:** 8.197,90 **Data de assinatura do Termo:** 14/02/2011

Lei autorizativa do parcelamento: Portaria do MPS 402/2008 **Data de vencimento da 1ª parcela:** 31/03/2011

Competência: Inicial: 04/2010 Final: 12/2010 **Quantidade de Parcelas:** 60 **Critério de atualização:** Lei específica: Portaria nº 402 de 10/12/2008

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: SELIC **Taxa de juros:** 1,00 am **Tipo de juros:** Simples **Multa:**

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: SELIC **Taxa de juros:** 1,00 am **Tipo de juros:** Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: SELIC **Taxa de juros:** 1,00 am **Tipo de juros:** Simples **Multa:**

7. DADOS DAS TESTEMUNHAS

TESTEMUNHA - 1:

CPF: 058.479.294-80

Nome: Francielma Soares de Araújo Silva

Cargo: Gerente Administrativa Financeira

RG: 7.086.843 - SDS

Telefone: (081) 3726-6370

E-mail: fraciemas@bol.com.br

TESTEMUNHA - 2:

CPF: 034.945.704-26

Nome: Marta Maria de Araújo Maciel

Cargo: Assistente Técnico (a)

RG: 6.044.682 - SDS

Telefone: (081) 3726-6370

E-mail: martaaraujomaciel@bol.com.br





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

8. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS E VALORES PAGOS

Nº PARCELA	VENCIMENTO	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	VALOR PARCELA	PAGAMENTO	VALOR PAGO
029	31/07/2013		21,97	1.801,08	29,00	2.899,70	12.898,68	26/07/2013	12.128,26
030	31/08/2013		22,69	1.860,10	30,00	3.017,40	13.075,40	27/08/2013	13.387,80
031	30/09/2013		23,40	1.918,31	31,00	3.136,03	13.252,24	26/09/2013	13.585,85
032	31/10/2013		24,11	1.976,51	32,00	3.255,81	13.430,22	31/10/2013	13.789,87
033	30/11/2013		24,92	2.042,92	33,00	3.379,47	13.620,29	20/11/2013	14.006,15
034	31/12/2013		25,64	2.101,94	34,00	3.501,95	13.801,79	17/12/2013	14.215,68
035	31/01/2014		26,43	2.166,71	35,00	3.627,61	13.992,22	28/01/2014	14.437,58
036	28/02/2014		27,28	2.236,39	36,00	3.756,34	14.190,63	26/02/2014	14.660,08
037	31/03/2014		28,07	2.301,15	37,00	3.884,65	14.383,70	26/03/2014	14.887,37
038	30/04/2014		28,84	2.364,27	38,00	4.013,62	14.575,79	28/04/2014	15.110,08
039	31/05/2014		29,66	2.431,50	39,00	4.145,47	14.774,87	28/05/2014	15.347,61
040	30/06/2014		30,53	2.502,82	40,00	4.280,29	14.981,01	25/06/2014	15.591,03
041	31/07/2014		31,35	2.570,04	41,00	4.414,86	15.182,80	28/07/2014	15.834,72
042	31/08/2014		32,30	2.647,92	42,00	4.555,24	15.401,06	26/08/2014	16.101,18
043	30/09/2014		33,17	2.719,24	43,00	4.694,37	15.611,51	25/09/2014	16.354,08
044	31/10/2014		34,08	2.793,84	44,00	4.836,37	15.828,11	27/10/2014	16.620,77
045	30/11/2014		35,03	2.871,72	45,00	4.981,33	16.050,95	27/11/2014	16.894,33
046	31/12/2014		35,87	2.940,59	46,00	5.123,71	16.262,20	29/12/2014	17.157,10
047	31/01/2015		36,83	3.019,29	47,00	5.272,08	16.489,27	30/01/2015	17.439,72
048	28/02/2015	0,82	37,77	3.096,35	48,00	5.421,24	16.715,49	03/03/2015	17.649,47
049	31/03/2015		38,59	3.163,57	49,00	5.567,12	16.928,59	30/03/2015	17.971,11





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

<u>Nº PARCELA</u>	<u>VENCIMENTO</u>	<u>ÍNDICE(%)</u>	<u>VARIAÇÃO(%)</u>	<u>ATUALIZAÇÃO</u>	<u>JUROS PERC.(%)</u>	<u>JUROS</u>	<u>VALOR PARCELA</u>	<u>PAGAMENTO</u>	<u>VALOR PAGO</u>
050	30/04/2015	0,95	39,63	3.248,83	50,00	5.723,37	17.170,10	22/07/2015	18.505,08
051	31/05/2015	0,99	40,58	3.326,71	51,00	5.877,55	17.402,16	01/07/2015	19.211,12
052	30/06/2015	1,07	41,57	3.407,87	52,00	6.035,00	17.640,77	01/07/2015	19.078,76
053	31/07/2015	1,18	42,64	3.495,58	53,00	6.197,54	17.891,02	12/08/2015	19.267,75
054	31/08/2015	1,11	43,82	3.592,32	54,00	6.366,72	18.156,94	23/09/2015	19.658,53
055	30/09/2015	1,11	44,93	3.683,32	55,00	6.534,67	18.415,89	19/11/2015	20.065,55
056	31/10/2015	1,11	46,04	3.774,31	56,00	6.704,44	18.676,65	21/01/2016	20.641,31
057	30/11/2015	1,06	47,15	3.865,31	57,00	6.876,03	18.939,24	05/04/2016	27.549,08
058	31/12/2015	1,16	48,21	3.952,21	58,00	7.047,06	19.197,17	05/04/2016	21.554,30
059	31/01/2016		49,37	4.047,30	59,00	7.224,67	19.469,87	29/01/2016	29.796,12
060	29/02/2016		50,43	4.134,20	60,00	7.399,26	19.731,36	29/02/2016	29.933,64
TOTAIS:				92.054,22		159.750,97	514.137,99		568.431,08





ACOMPANHAMENTO DE ACORDO DE PARCELAMENTO

9. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS E VALORES PAGOS EM ATRASO (Juros e multa em caso de mora)

Nº PARCELA	VENCIMENTO	VALOR PARCELA	PAGAMENTO	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	VALOR DEVIDO	VALOR PAGO
048	28/02/2015	16.715,49	03/03/2015	1,82	304,22	2,00	340,39		17.360,10	17.649,47
050	30/04/2015	17.170,10	22/07/2015	4,01	688,52	4,00	714,34		18.572,96	18.505,08
051	31/05/2015	17.402,16	01/07/2015	3,06	532,51	3,00	538,04		18.472,71	19.211,12
052	30/06/2015	17.640,77	01/07/2015	2,07	365,16	2,00	360,12		18.366,05	19.078,76
053	31/07/2015	17.891,02	12/08/2015	2,18	390,02	2,00	365,62		18.646,66	19.267,75
054	31/08/2015	18.156,94	23/09/2015	2,11	383,11	2,00	370,80		18.910,85	19.658,53
055	30/09/2015	18.415,89	19/11/2015	3,22	592,99	3,00	570,27		19.579,15	20.065,55
056	31/10/2015	18.676,65	21/01/2016	4,33	808,70	4,00	779,41		20.264,76	20.641,31
057	30/11/2015	18.939,24	05/04/2016	6,44	1.219,69	6,00	1.209,54		21.368,47	27.549,08
058	31/12/2015	19.197,17	05/04/2016	5,38	1.032,81	5,00	1.011,50		21.241,48	21.554,30
TOTAIS:		180.205,43			6.317,73		6.260,03		192.783,19	203.180,95

10. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS EM ABERTO ATÉ O PRÓXIMO VENCIMENTO

11. DISCRIMINATIVO DE PARCELAS VENCIDAS E NÃO PAGAS (Juros e Multa em caso de Mora) ATUALIZADAS ATÉ 28/03/2018

